

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 4335-05.67/15.1 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:**EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 23011 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BORJA**

CPF / CNPJ / Doc Estr: 88.489.786/0001-01
ENDEREÇO: RUA APARICIO MARIENSE, 2751
CENTRO
97670-000 SAO BORJA - RS

EMPREENDIMENTO: 125445

LOCALIZAÇÃO: ESTRADA DO PASSO
SAO BORJA - RS
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -28,86629950 Longitude: -56,00076260

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: REMEDIAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA POR DISPOSIÇÃO DE RSU

RAMO DE ATIVIDADE: 3.541,80

MEDIDA DE PORTE: 23.700,00 área útil em m²

II - Condições e Restrições:**1. Quanto ao Empreendimento:**

- 1.1- a área do empreendimento deverá ser cercada, devidamente identificada e com controle de acesso;
- 1.2- a área do empreendimento deverá ser separada de outras atividades licenciadas pelo município;
- 1.3- o empreendimento será composto por sistemas e obras de controle e minimização da contaminação ambiental tais como, drenagem periférica de águas pluviais, drenagem de percolados, drenagem de gás, poços de monitoramento do lençol freático;
- 1.4- Deverá ser apresentado no prazo de 60 dias as coordenadas geográficas que delimitam a poligonal em remediação;
- 1.5- Deverá ser apresentado no prazo de 60 dias proposta de monitoramento de águas superficiais (lagos, açudes, arroios) existentes na área em remediação;
- 1.6- visando à adequada operação do empreendimento, manter profissional habilitado, bem como dispor de maquinário e operadores capacitados, necessários à realização dos serviços, em conformidade com os requisitos técnicos e normas pertinentes ao tema. O projeto e a operação do empreendimento é de inteira responsabilidade da empresa/município solicitante e dos técnicos por ela contratados;
- 1.7- a textura predominante do solo: areno argilosa;
- 1.8- os resíduos dispostos no local são de origem: urbana;
- 1.9- a disposição dos resíduos foi realizada: aleatoriamente sobre a superfície;
- 1.10- não poderá haver a presença de catadores no empreendimento;
- 1.11- os acessos internos e externos deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sinalização e trafegabilidade, permitindo o acesso ao empreendimento;

- 1.12- toda e qualquer alteração/ampliação no empreendimento deverá ser objeto de novo licenciamento junto a FEPAM;
- 1.13- deverá ser apresentada à FEPAM no prazo de 60 (sessenta) dias da emissão desta licença, proposta de monitoramento de águas subterrâneas contendo no mínimo 4 (quatro) poços de monitoramento, 1 (um) a montante e 3 (três) a jusante, não alinhados no empreendimento com localização em planta:
- para a definição dos pontos para locação da rede de poços de monitoramento deverá ser elaborado o mapa potenciométrico da área, com base em sondagens, com a indicação do sentido do fluxo das águas subterrâneas, as respectivas coordenadas geográficas, o perfil e o nível do lençol freático para cada poço;
 - deverá ser observada uma distância em torno de 05 (cinco) metros das unidades para a locação dos poços de monitoramento, para avaliação da segurança operacional das células de aterro e unidades de tratamento de efluentes líquidos, devendo a instalação dos mesmos ocorrer dentro da área do empreendimento;
 - Os poços de monitoramento deverão ser instalados conforme norma técnica da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- 1.14- caso não seja possível a instalação de poços de monitoramento na área devido às condições geológicas/hidrogeológicas do local, deverá ser apresentada proposta alternativa para monitoramento de possível contaminação;
- 1.15- deverá ser encaminhado à FEPAM no prazo de 30 (trinta) dias da emissão desta licença a ART do responsável técnico pela Operação de Remediação da área degradada pela disposição de resíduos;

2. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

- 2.1- No centro e laterais da massa de resíduos recobertas e impermeabilizadas, não poderão ser plantadas ou desenvolvidas espécies vegetais com raízes pivotantes;
- 2.2- deverão ser mantidos procedimentos periódicos de inspeção e manutenção as estruturas implantadas de modo a prevenir/corrigir eventuais ocorrências de danos ou falhas operacionais, objetivando condições adequadas de preservação do ambiente no entorno do mesmo;
- 2.3- deverão ser adotadas medidas de controle dos processos erosivos;

3. Quanto ao Cortinamento Vegetal:

- 3.1- deverá ser mantida a Cortina Vegetal, na forma de cortina arbórea no perímetro do empreendimento, visando amenizar visualmente o local e criar condições para sua proteção e isolamento;
- 3.2- para fins de garantir o rápido crescimento e bom desenvolvimento do plantio florestal deverá ser feito uso de adubação mineral, bem como irrigação das mudas se necessário para garantir seu desenvolvimento;

4. Quanto aos Efluentes Líquidos:

- 4.1- deverá ser apresentado à FEPAM no prazo de 120 (cento e vinte) dias da emissão desta licença a alternativa para a coleta e tratamento do lixiviado gerado;
- 4.2- não há no empreendimento sistema de coleta e tratamento do efluente;

5. Quanto às Emissões Atmosféricas:

- 5.1- deverão ser instalados drenos de gás na(s) célula(s) encerrada(s) no prazo de 120 (cento e vinte) dias da emissão desta licença;
- 5.2- deverão ser adotados os controles necessários para minimizar a emissão de odores que possam ser percebidos fora dos limites do empreendimento;
- 5.3- os drenos de gás deverão ser implantados de forma que se mantenha uma malha de drenos na qual a distância entre eles não seja superior a um raio de 15 metros, sendo que as linhas deverão ser intercaladas obtendo-se uma distribuição triangular equidistante dos drenos;
- 5.4- não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera;

6. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 6.1- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para fora do Estado do Rio Grande do Sul através do Sistema Online de Licenciamento - SOL, conforme Portaria N° 89/2016;
- 6.2- fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas por esta Fundação;
- 6.3- é vetada a disposição de resíduos na área do empreendimento sem a devida autorização ou licenciamento do órgão ambiental;
- 6.4- deverá ser entregue à FEPAM num prazo de 60 (sessenta) dias da emissão desta licença comprovação da destinação dos resíduos sólidos gerados para destinação final: se for enviado para aterro licenciado de terceiro, apresentar o contrato atualizado, licença de operação do aterro sanitário, que irá receber o resíduo sólido e o contrato da empresa que irá fazer o transporte do

resíduo; se for para o aterro sanitário licenciado no próprio município, enviar a Licença Operação do novo aterro licenciado que irá receber o resíduo;

7. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

- 7.1- em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro tipo de acidente, a FEPAM deverá ser comunicada imediatamente após o ocorrido, através do fone (051) 99982-7840 (24h), devendo ser apresentadas as medidas saneadoras, explicitando as já adotadas, em cumprimento ao disposto no Art. 10 do Decreto Estadual nº 38.356, de 1º de Abril de 1998, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.921/93;

8. Quanto ao Monitoramento:

- 8.1- deverá ser apresentado a Fepam, com periodicidade semestral, até o último dia útil dos meses de Junho e Dezembro, Relatório de Monitoramento Ambiental, acompanhado de levantamento fotográfico e assinado pelo responsável técnico habilitado, com a ART, contendo no mínimo os seguintes itens:
- 8.1.1- descrição do desenvolvimento do cortinamento vegetal;
 - 8.1.2- indicativos de instabilidade geotécnica da(s) célula(s) encerrada(s) (como inclinação de vegetação, convexidade, fissuras e trincas, enrugamento de solo, acúmulo de água, processo erosivos no talude, afundamentos, inchamentos entre outros aspectos relevantes);
 - 8.1.3- situação da cobertura e impermeabilização da(s) célula(s) encerrada(s) e dos acessos às unidades do empreendimento;
 - 8.1.4- situação e/ou desobstrução das drenagens pluviais, gás e de lixiviado da(s) célula(s) encerrada(s);
 - 8.1.5- situação do cercamento do local, portão de acesso, placa de identificação da FEPAM;
 - 8.1.6- situação da via de acesso ao empreendimento, ocorrências e serviços efetuados no período, bem como acidentes verificados e os procedimentos adotados, apresentando as adequações e as reais condições do empreendimento;

9. Quanto às Ações de Remediação:

- 9.1- deverá ser apresentado à Fepam, no prazo de 90 (noventa) dias da emissão desta licença, o formulário de Remediação de Áreas Degradadas referente à Fase II - Investigação Confirmatória;
- 9.2- os formulários referentes à Fase III - Diagnóstico de Áreas Contaminadas e Fase IV - Projeto serão solicitados ao empreendedor pela FEPAM posteriormente;

10. Quanto à Publicidade da Licença:

- 10.1- deverá ser instalada placa de identificação e divulgação da Licença Ambiental, conforme Portaria Nº 17/2009 DPRES, segundo modelo disponível na home page da FEPAM (www.fepam.rs.gov.br);
- 10.2- deverá ser registrado na matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca ao qual pertence, que a área foi utilizada para disposição de resíduos sólidos, indicando a poligonal georreferenciada, a tipologia do resíduo disposto e o uso restrito da área, conforme Declaração de Passivo Ambiental emitida pela FEPAM disponível no processo de remediação ou monitoramento de área degradada, devendo ser apresentado a esta Fundação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a cópia do documento de escritura pública do imóvel atualizada;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- laudo técnico acompanhado de registro fotográfico detalhado, firmado pelo responsável técnico, apresentando as reais condições do empreendimento em cumprimento a presente licença;
- 2- declaração do empreendedor quanto à responsabilidade técnica pela operação do empreendimento, remetendo cópia da ART do responsável técnico;
- 3- planta atualizada da área onde conste todas as unidades existentes em operação e encerradas e pontos de monitoramento com as respectivas coordenadas em grau decimal sistema SIRGAS2000, quando houver;
- 4- layout geral do empreendimento;
- 5- imagem de satélite atualizada e colorida, indicando a localização da área e descrição das vias de acesso desde a sede do município;
- 6- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma à FEPAM, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento

licenciada por este documento;

Esta licença é válida para as condições acima até 16 de janeiro de 2024, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 15 de janeiro de 2019.

Este documento é válido para as condições acima no período de 16/01/2019 a 16/01/2024.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam@.